

# IV

## FINANÇAS PÚBLICAS

### Políticas fiscal e tributária

A cobrança da CPMF, cuja vigência era prevista até 16.6.2002, foi prorrogada até 31.12.2004, de acordo com a Emenda Constitucional 37, de 12.6.2002. Foi mantida a alíquota de 0,38% para os exercícios de 2002 e 2003 e estabelecida a alíquota de 0,08% para 2004. Do produto dos recolhimentos registrados em 2002 e 2003 será destinada parcela correspondente à alíquota de:

- a) 0,20% (vinte centésimos por cento) ao Fundo Nacional de Saúde;
- b) 0,10% (dez centésimos por cento) ao custeio da Previdência Social;
- c) 0,08% (oito centésimos por cento) ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

No exercício financeiro de 2004 a arrecadação será integralmente destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que também contará com recursos transferidos da União. Tais recursos serão provenientes da desestatização de sociedades de economia mista ou de empresas públicas por elas controladas, direta ou indiretamente, quando a operação envolver a alienação do respectivo controle acionário a pessoa ou entidade não integrante da administração pública.

A edição da Medida Provisória (MP) 38, de 14.5.2002, incentivou a liquidação antecipada do imposto de renda incidente sobre lucro inflacionário. Os efeitos desta medida, associados aos produzidos pelas Medidas Provisórias 66, de 29.8.2002, e 75, de 24.10.2002, quanto aos aspectos relacionados com a recuperação de débitos fiscais em atraso, propiciaram à Secretaria da Receita Federal (SRF) arrecadação adicional de R\$7,1 bilhões no exercício de 2002, dos quais R\$1,8 bilhão recolhido pelos fundos de pensão. Ressalte-se que, amparados pela Medida Provisória 2.222, de 4.9.2001, os fundos de pensão recolheram adicionalmente R\$7,8 bilhões de débitos em atraso, em 2002.

No que se refere à MP 66 (convertida na Lei 10.637, de 30.12.2002), denominada “mini-reforma tributária”, assinalem-se as disposições sobre:

- a) Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep): a tributação deixou de ser cumulativa e passou a incidir sobre o valor que cada empresa agrega ao produto. Na prática, será creditada à empresa o valor do PIS/Pasep pago nas etapas anteriores, num sistema de crédito e débito. Com a base de cálculo menor, a alíquota foi elevada de 0,65% para 1,65%, de maneira que o produto da arrecadação com a contribuição permaneça no mesmo patamar. Permaneceram sujeitas às normas da legislação vigente anteriormente a esta lei, as receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações e de serviços prestados pelas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado, as pessoas jurídicas que importem mercadorias do exterior e as vendam no varejo, diretamente aos consumidores finais, relativamente ao faturamento oriundo dessas vendas diretas;
- b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): manutenção, por tempo indeterminado, da alíquota de 9%, a partir de janeiro de 2003;
- c) Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF): manutenção, até 31.12.2003, da alíquota de 27,5%;
- d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins): comprometimento, do Poder Executivo, de encaminhar projeto de lei ao Congresso Nacional, até 31.12.2003, com vistas a tornar não cumulativa a cobrança desta contribuição e a promover, se necessárias, alterações na alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep, visando garantir o mesmo nível de arrecadação;
- e) Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples): permissão para que as agências de viagem e turismo possam optar por este sistema;
- f) bônus para contribuintes: concessão, em relação aos tributos administrados pela SRF, de um bônus de adimplência fiscal aplicável às pessoas jurídicas submetidas ao regime de tributação com base no lucro real ou presumido;
- g) opção pelo regime de tributação com base no lucro presumido: elevação do limite de receita bruta mensal, de R\$2 milhões para R\$4 milhões, para que a pessoa jurídica possa optar por este regime de tributação;
- h) multas: elevação das multas incidentes na comercialização de cigarros desprovidos de selos ou com selos falsos;
- i) regime especial de tributação: permissão para que as empresas integrantes do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), de que trata a Lei 10.433, de 24.4.2002, possam optar por regime especial de tributação, relativamente à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

Relativamente às finanças estaduais, a Lei 10.482, de 3.7.2002, que dispôs sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais referentes a processos litigiosos e administrativos, no âmbito dos estados e do Distrito Federal, estabeleceu que até 50% do saldo de tais depósitos, efetuados no período de 1.1.2001 a 3.7.2002, poderiam ser repassados pela instituição financeira depositária à conta única do respectivo ente da federação,

com a finalidade exclusiva de pagamento de precatórios judiciais relativos a créditos de natureza alimentar.

Com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção das atividades de segurança pública do Distrito Federal, bem como para a execução de serviços públicos, prioritariamente nas áreas de saúde e educação, o Congresso Nacional aprovou a Lei 10.633, de 27.12.2002, que instituiu o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). A partir de 2003, inclusive, o aporte de recursos orçamentários destinados ao FCDF será de R\$2,9 bilhões, corrigidos anualmente pela mesma variação apresentada pela receita corrente líquida da União.

Com a edição da Lei Complementar 115, de 26.12.2002, foi aprovada a permanência, até 2006, do fundo de compensação aos estados pela perda de Imposto sobre Operações relativas a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS) com a desoneração das exportações de produtos primários e semi-elaborados. Durante a fase de discussão da Lei Complementar 87/1996, foi estabelecido que a retirada de ICMS sobre exportações, investimentos e material de uso e consumo, seria compensada com a transferência de recursos da União para os estados somente durante o período antecedente à reforma tributária. Levando em conta que a reforma não foi realizada em sua totalidade, tornou-se necessária a prorrogação do fundo orçamentário. Por este mecanismo, estão asseguradas transferências no valor de R\$3,9 bilhões para os estados, em 2003.

O Congresso Nacional aprovou, ainda, com a promulgação da Emenda Constitucional 39, de 19.12.2002, que o Distrito Federal e os municípios instituíam, na forma de leis específicas, contribuição destinada ao custeio do serviço de iluminação pública.

Adicionalmente, assinala-se a regulamentação das legislações pertinentes ao Imposto Territorial Rural (ITR), por meio do Decreto 4.382, de 19.9.2002; ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), pelo Decreto 4.494, de 3.12.2002; à Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, de acordo com o Decreto 4.524, de 17.12.2002; e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), segundo o Decreto 4.544, de 26.12.2002.

### **Outras medidas de política econômica**

Com a edição da Emenda Constitucional 36, de 28.5.2002, foi estabelecido que pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiofusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta e indiretamente, a brasileiros natos e naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Em 13 de dezembro foi assinada a MP 82, autorizando o governo federal a liberar recursos para os estados, em troca da transferência de parte da malha rodoviária federal. A União poderá transferir o domínio de até 18 mil quilômetros de estradas em todo o país, devendo o repasse estar concluído, no máximo, até janeiro de 2006. Os estados receberão, anualmente, um mínimo de 25% do total da malha a ser transferida a cada unidade da federação, conforme cronograma estabelecido no respectivo termo de transferência.

A medida determina que a União repasse aos estados e ao Distrito Federal, em decorrência da transferência de domínio, recursos oriundos da Contribuição Econômica de Domínio Econômico (Cide), no montante de R\$130 mil por quilômetro de rodovia transferida. As condições impostas aos estados para assinar o termo de transferência são:

- a) assinar declaração desistindo de reclamar o ressarcimento de investimentos feitos anteriormente nas rodovias;
- b) retirar as ações judiciais porventura existentes, pedindo a compensação dessas despesas;
- c) estar adimplentes quanto ao pagamento de dívidas com a União.

### Necessidades de financiamento do setor público

O setor público não-financeiro apresentou superávit primário de R\$52,4 bilhões, em 2002, equivalente a 4% do PIB. O Governo Central, que compreende o Governo

**Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público**

Discriminação	1999		2000	
	R\$ milhões	% do PIB <sup>1/</sup>	R\$ milhões	% do PIB <sup>1/</sup>
Nominal	56 284	5,8	39 806	3,6
Governo federal e Banco Central do Brasil	26 336	2,7	25 016	2,3
Governos estaduais	26 098	2,7	19 955	1,8
Governos municipais	4 490	0,5	2 966	0,3
Empresas estatais	- 640	-0,1	- 8 132	-0,7
Primário	- 31 087	-3,2	- 38 157	-3,5
Governo federal e Banco Central do Brasil	- 22 672	-2,3	- 20 431	-1,9
Governos estaduais	- 1 574	-0,2	- 4 579	-0,4
Governos municipais	- 531	-0,1	- 1 447	-0,1
Empresas estatais	- 6 310	-0,6	- 11 700	-1,1
Juros nominais	87 372	9,0	77 963	7,1
Governo federal e Banco Central do Brasil	49 008	5,0	45 447	4,1
Governos estaduais	27 673	2,8	24 534	2,2
Governos municipais	5 021	0,5	4 413	0,4
Empresas estatais	5 670	0,6	3 569	0,3

(continua)

**Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público** (continuação)

Discriminação	2001		2002	
	R\$ milhões	% do PIB <sup>1/</sup>	R\$ milhões	% do PIB <sup>1/</sup>
Nominal	42 788	3,6	61 614	4,7
Governo federal e Banco Central do Brasil	25 273	2,1	10 029	0,8
Governos estaduais	23 079	1,9	43 797	3,3
Governos municipais	1 178	0,1	7 696	0,6
Empresas estatais	- 6 742	-0,6	92	0,0
Primário	- 43 655	-3,6	- 52 390	-4,0
Governo federal e Banco Central do Brasil	- 21 980	-1,8	- 31 919	-2,4
Governos estaduais	- 7 211	-0,6	- 8 560	-0,6
Governos municipais	- 3 260	-0,3	- 2 073	-0,2
Empresas estatais	- 11 204	-0,9	- 9 838	-0,7
Juros nominais	86 443	7,2	114 004	8,6
Governo federal e Banco Central do Brasil	47 253	3,9	41 948	3,2
Governos estaduais	30 291	2,5	52 356	4,0
Governos municipais	4 437	0,4	9 770	0,7
Empresas estatais	4 463	0,4	9 929	0,8

1/ Preços correntes.

Federal, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Banco Central, contribuiu com superávit de R\$31,9 bilhões, 2,4% do PIB, comparativamente a R\$22 bilhões, 1,8% do PIB, em 2001. O Tesouro Nacional registrou superávit de R\$49,7 bilhões, enquanto a Previdência Social e o Banco Central registraram déficits de R\$17 bilhões e de R\$777 milhões, respectivamente.

O superávit do Tesouro Nacional, pelo critério acima da linha, em 2002 superou em R\$14 bilhões o registrado no ano precedente, devido, basicamente, à expansão de R\$41,4 bilhões nas receitas, para R\$250,8 bilhões, representando crescimento nominal de 19,8%.

Esse resultado foi favorecido por receitas extraordinárias, no valor de R\$28,7 bilhões, decorrentes, principalmente, de medidas legais adotadas com o objetivo de recuperar débitos tributários em atraso, regulamentadas pelas MP 2.222, de 4.9.2001; MP 38, de 14.5.2002; MP 66, de 29.8.2002 e MP 75, de 24.10.2002. A arrecadação associada a essas operações somou R\$14,8 bilhões, registrando-se, ainda, receitas extraordinárias de R\$4,1 bilhões associadas à conversão de depósitos judiciais e administrativos de R\$2,1 bilhões, relacionadas à tributação de lucros obtidos por empresas do setor estatal, em razão da variação cambial e da alienação de títulos públicos. Adicionalmente, passou a vigorar em 2002 a cobrança da Cide, incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, cuja arrecadação respondeu por R\$7,2 bilhões.

**Quadro 4.2 – Resultado primário do governo central**

R\$ milhões

Discriminação	2000	2001	2002	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	236 516	271 927	321 855	15,0	18,4
Receitas do Tesouro Nacional	180 799	209 436	250 828	15,8	19,8
Receita administrada <sup>1/</sup>	160 935	183 759	224 863	14,2	22,4
Receita não administrada	19 864	25 677	25 965	29,3	1,1
Receitas da Previdência	55 717	62 491	71 027	12,2	13,7
Despesa total	214 904	249 500	289 596	16,1	16,1
Despesa do Tesouro Nacional	149 118	174 171	201 567	16,8	15,7
Transferências a estados e municípios	40 283	46 024	56 139	14,3	22,0
Pessoal e encargos sociais	55 634	64 381	73 338	15,7	13,9
Outras despesas corrente e de capital	53 201	63 766	72 090	19,9	13,1
Benefícios previdenciários	65 786	75 329	88 029	14,5	16,9
Resultado do governo federal	21 612	22 427	32 259	3,8	43,8
Tesouro Nacional	31 681	35 265	49 261	11,3	39,7
Previdência Social	-10 069	-12 838	-17 002	27,5	32,4
Resultado do Banco Central	- 477	- 690	- 777	44,7	12,6
Resultado primário (acima da linha) <sup>2/</sup>	21 135	21 737	31 482	2,8	44,8
Resultado primário/PIB – %	1,9	1,8	2,4	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ Líquida de restituições e incentivos fiscais.

2/ (+) = superávit (-) = déficit.

As receitas da Previdência Social atingiram R\$71 bilhões, e o pagamento de benefícios previdenciários, R\$88 bilhões, representando crescimento nominal de 13,7%, e de 16,9%, respectivamente.

As despesas somaram R\$289,6 bilhões, das quais R\$201,6 bilhões de responsabilidade do Tesouro Nacional e R\$88 bilhões de responsabilidade da Previdência Social, significando expansões de 15,7% e de 16,9%, respectivamente, no ano.

As transferências para os estados e os municípios, alcançaram R\$56,1 bilhões, crescimento de 22%, a maior taxa em relação a 2001, refletindo o crescimento de 32,2% na arrecadação do imposto de renda. Por sua vez, a rubrica pessoal e encargos sociais absorveu R\$73,3 bilhões, revelando incremento nominal de 13,9%, no ano.

Os demais gastos do Tesouro, agrupados na rubrica “outras despesas correntes e de capital”, somaram R\$72,1 bilhões, com crescimento de 13,1% em relação ao patamar do ano anterior, dos quais R\$22,2 bilhões alocados na área de saúde,

expansão de 14,4%. Os recursos despendidos pelo Ministério da Educação (MEC) atingiram R\$6,8 bilhões, aumento de 25,9%, e os utilizados pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, R\$4 bilhões, expansão de 608,8%, e pelo FAT, R\$7,9 bilhões, acréscimo de 19,7%.

Quanto aos governos regionais, o superávit primário acumulado no ano atingiu R\$10,6 bilhões, equivalentes a 0,8% do PIB, resultado semelhante ao verificado no ano anterior. A manutenção dessa performance, mesmo considerando o processo eleitoral ocorrido, quando tradicionalmente ocorrem maiores pressões nos gastos daquelas esferas, refletiu a continuidade do esforço empreendido visando a adequação às exigências da LRF e o cumprimento das metas fiscais programadas para o período.

As empresas estatais contribuíram com superávit de R\$9,8 bilhões, 0,7% do PIB, comparativamente a R\$11,2 bilhões, 0,9% do PIB, em 2001. A redução esteve associada, basicamente, ao maior volume de investimentos realizados em 2002.

Os juros nominais, apropriados pelo critério de competência, totalizaram R\$114 bilhões, 8,6% do PIB, comparativamente a R\$86,4 bilhões, 7,2% do PIB, em 2001.

**Quadro 4.3 – Usos e fontes – Setor público consolidado**

Discriminação	2001		2002	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Usos	42 788	3,6	61 614	4,7
Primário	- 43 655	- 3,6	- 52 390	- 4,0
Juros internos	72 112	6,0	96 975	7,3
Juros reais	41 895	3,5	628	0,0
Atualização monetária	30 217	2,5	96 347	7,3
Juros externos	14 332	1,2	17 029	1,3
Fontes	42 788	3,6	61 614	4,7
Financiamento interno	27 810	2,3	36 980	2,8
Dívida mobiliária	58 353	4,9	3 364	0,3
Dívida bancária	- 26 939	- 2,2	14 692	1,1
Renegociações	-	-	-	-
Estados	-	-	-	-
Municípios	-	-	-	-
Estatais	-	-	-	-
Demais	- 3 604	- 0,3	18 923	1,4
Relacionamento TN/Bacen	-	-	-	-
Financiamento externo	14 978	1,2	24 634	1,9
PIB em 12 meses <sup>1/</sup>	1 200 060		1 321 490	

1/ PIB a preços correntes.

Considerando-se a apropriação por nível de governo, registrou-se declínio de 0,7 p.p. do PIB no resultado do Governo Central e crescimento nos demais segmentos, evidenciando a depreciação cambial incidente sobre os débitos externos renegociados (Aviso MF-30, *Brazil Investment Bonds* - BIB, Clube de Paris, Programa de Modernização do Setor Saneamento - PMSS). No caso dos governos regionais, o resultado deveu-se, ainda, à maior variação do IGP-DI, índice utilizado para correção do saldo das renegociações de dívidas junto ao Governo Federal.

As necessidades de financiamento do setor público, que compreendem o resultado primário e os juros nominais apropriados, totalizaram R\$61,6 bilhões, 4,7% do PIB, comparativamente a R\$42,8 bilhões, 3,6% do PIB, em 2001. Quanto às principais fontes de financiamento, R\$3,4 bilhões foram originados da dívida mobiliária, R\$14,7 bilhões decorreram de dívidas e obrigações com bancos, sobretudo elevação dos depósitos compulsórios no Banco Central, R\$20 bilhões de emissão monetária e R\$24,6 bilhões de financiamentos externos.

### **Dívida mobiliária federal**

O saldo da dívida mobiliária federal fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, atingiu R\$623,2 bilhões, 40% do PIB, em dezembro de 2002, comparativamente a R\$624,1 bilhões, 49,6% do PIB, no final do ano anterior. Esse resultado refletiu, em parte, resgates líquidos totais, de R\$169,5 bilhões no mercado primário, no ano. Assinalem-se, em 2002, as seguintes operações: emissões líquidas de R\$18 bilhões em LFT e de R\$12,8 bilhões em NTN-C, e resgates líquidos de R\$18,7 bilhões em NTN-D; de R\$43,2 bilhões em LTN, de R\$6 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro - Série A (LFT-A), de R\$22,1 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro - Série B (LFT-B), de R\$106,2 bilhões em NBCE e de R\$2,6 bilhões em Nota do Banco Central - Série F (NBCF).

Os títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional atingiram, em dezembro de 2002, R\$838,8 bilhões, dos quais R\$282,7 bilhões em poder do Banco Central, e R\$556,1 bilhões, representando 66,3% do total, fora da autoridade monetária. Os títulos emitidos pelo Banco Central somaram R\$67,1 bilhões, comparativamente a R\$126,2 bilhões no ano anterior, representando 10,8% do total da dívida mobiliária em poder do mercado. Contribuíram para essa redução os resgates líquidos de R\$106,2 bilhões de NBCE e R\$2,6 bilhões de NBCF.

Quanto à distribuição dos títulos por indexador, a participação dos títulos prefixados recuou de 7,8% do total, em dezembro de 2001, para 2,2%, em dezembro de 2002, devido, principalmente, aos resgates líquidos de LTN. A participação dos títulos indexados ao *over*/Selic elevou-se de 52,8% para 60,8%, apesar de resgates líquidos de R\$10,1 bilhões em LFT. Os títulos vinculados ao câmbio reduziram sua participação

**Quadro 4.4 – Títulos públicos federais – Posição de carteira**

Saldos em R\$ milhões

Discriminação	2000	2001	2002
Responsabilidade do TN	555 908	687 329	838 796
Carteira do Bacen	130 897	189 442	282 730
LTN	37 243	27 970	45 775
LFT	90 595	114 986	145 614
NTN	1 812	44 943	89 664
Créditos securitizados	1 246	1 543	1 678
Tesouraria MP 1.789	-	-	-
Fora do Bacen	425 011	497 887	556 066
LTN	75 399	48 791	13 596
LFT	262 301	322 153	372 584
BTN	64	67	100
NTN	46 233	87 488	127 399
CTN/CFT-A/CFT-B/CFT-C/CFT-D/CFT-E	14 280	19 366	19 214
Créditos securitizados	21 119	16 044	15 406
Dívida agrícola	3 108	1 689	5 761
TDA	2 495	2 276	2 005
CDP	14	11	1
Responsabilidade do Banco Central	85 686	126 198	67 125
LBC	-	-	-
BBC/BBCA	-	-	-
NBCE	83 745	124 707	67 125
NBCF	1 942	1 490	-
NBCA	-	-	-
Total fora do Banco Central	510 698	624 084	623 191
Em % do PIB	44,2	49,6	40,0

de 28,6% para 22,4%, como reflexo dos resgates de NBCE e NBCF. Os títulos indexados à Taxa Referencial (TR) reduziram sua participação de 3,8% para 2,1%, evidenciando resgates de Nota do Tesouro Nacional - Série H (NTN-H) e Nota do Tesouro Nacional - Série P (NTN-P). A participação dos títulos atrelados ao IGP-M elevou-se de 4% para 7,9%, devido a emissões líquidas de NTN-C. A participação dos títulos indexados ao IGP-DI atingiu 3,1%, ante 3% em 2001.

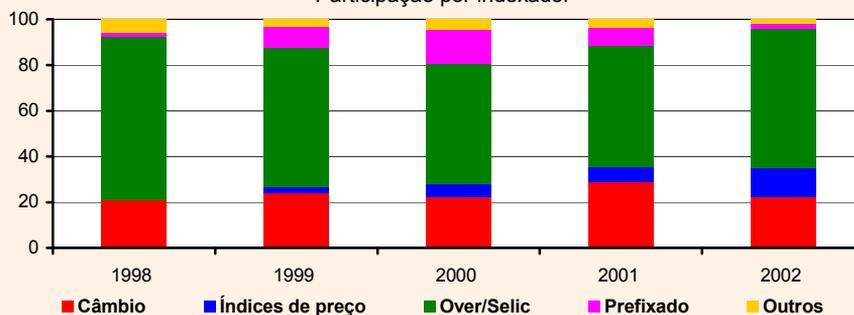
Em dezembro de 2002 o cronograma de amortização da dívida mobiliária em mercado, exceto dívida securitizada, operações de financiamento e títulos cetipados, apresentou a seguinte configuração: R\$239,8 bilhões, 41,3% do total, vencendo em 2003; R\$93,1 bilhões, 16%, em 2004; e, R\$247,8 bilhões, 42,7%, a partir de janeiro de 2005.

**Quadro 4.5 – Títulos públicos federais**

Participação percentual por indexador – Posição de carteira

Índice de correção	2000	2001	2002
Total - R\$ milhões	510 698	624 084	623 191
Câmbio	22,3	28,6	22,4
TR	4,7	3,8	2,1
IGP-M	1,6	4,0	7,9
Over/Selic	52,2	52,8	60,8
Prefixado	14,8	7,8	2,2
TJLP	0,0	0,0	0,0
IGP-DI	4,4	3,0	3,1
INPC	0,0	0,0	0,0
IPCA	-	-	1,5
Outros	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0

Gráfico 4.1  
**Títulos públicos federais**  
 Participação por indexador



A duração média dos títulos públicos federais emitidos pelo Banco Central e pelo Tesouro Nacional, em oferta pública e mediante colocações diretas, alcançou 11,98 meses, em dezembro de 2002, comparativamente a 10,17 meses, em dezembro de 2001. Considerando por emissor, a duração média atingiu 15,77 meses para os títulos do Banco Central, e no que se refere ao Tesouro Nacional, 8,23 meses.

A exposição total nas operações de *swap* cambial realizadas até dezembro de 2002 alcançou R\$91,1 bilhões. Considerando o critério de competência, o resultado acumulado no ano dessas operações, compreendido como a diferença entre a rentabilidade do DI e a variação cambial mais cupom, foi desfavorável ao Banco Central em R\$16,9 bilhões. No critério caixa, o resultado desfavorável acumulado no ano atingiu R\$10,9 bilhões.

### Dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público totalizou R\$881,1 bilhões em dezembro de 2002, 56,53% do PIB, comparativamente a R\$660,9 bilhões, 52,57% do PIB, em dezembro de 2001. O impacto da depreciação cambial de 52,3% no ano constituiu-se no fator responsável por essa elevação, equivalendo a R\$148 bilhões, dos quais R\$76,7 relativos à dívida mobiliária interna indexada ao dólar e R\$71,3 bilhões relativos à dívida externa líquida.

O incremento total da dívida líquida no ano correspondeu a 3,96 p.p. do PIB, sendo 3,95 p.p. relacionados às necessidades de financiamento do setor público (resultado primário e juros nominais apropriados); 9,45 p.p. corresponderam ao impacto cambial sobre a dívida mobiliária interna indexada ao dólar e sobre a dívida externa;

**Quadro 4.6 – Dívida líquida do setor público**

Discriminação	1999		2000	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (F=D-E)	432 015	40,7	471 823	40,9
Ajuste metodológico s/dívida interna (E)	44 134	4,2	53 613	4,6
Dívida fiscal líquida com câmbio (E=A-B-C-D)	476 149	44,9	525 436	45,5
Ajuste metodológico s/dívida externa (D)	33 929	3,2	42 794	3,7
Ajuste patrimonial (C)	46 122	4,3	54 794	4,7
Ajuste de privatização (B)	- 39 623	-3,7	- 59 861	-5,2
Dívida líquida total (A)	516 578	48,7	563 164	48,8
Governo federal	275 848	26,0	344 258	29,8
Banco Central do Brasil	40 374	3,8	8 709	0,8
Governos estaduais	147 934	13,9	161 184	14,0
Governos municipais	22 851	2,2	24 139	2,1
Empresas estatais	29 571	2,8	24 873	2,2
Dívida interna	407 809	38,4	451 841	39,1
Governo federal	152 058	14,3	200 687	17,4
Banco Central do Brasil	81 000	7,6	66 885	5,8
Governos estaduais	139 399	13,1	151 558	13,1
Governos municipais	21 984	2,1	22 706	2,0
Empresas estatais	13 368	1,3	10 004	0,9
Dívida externa	108 769	10,3	111 322	9,6
Governo federal	123 790	11,7	143 571	12,4
Banco Central do Brasil	- 40 626	-3,8	- 58 177	-5,0
Governos estaduais	8 535	0,8	9 626	0,8
Governos municipais	867	0,1	1 433	0,1
Empresas estatais	16 203	1,5	14 869	1,3
PIB em R\$ milhões <sup>1/</sup>	1 061 134		1 154 558	

(continua)

**Quadro 4.6 – Dívida líquida do setor público (continuação)**

Discriminação	2001		2002	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (F=D-E)	514 612	40,9	576 226	37,0
Ajuste metodológico s/dívida interna (E)	72 795	5,8	149 457	9,6
Dívida fiscal líquida com câmbio (E=A-B-C-D)	587 407	46,7	725 683	46,6
Ajuste metodológico s/dívida externa (D)	61 043	4,9	132 360	8,5
Ajuste patrimonial (C)	73 259	5,8	87 544	5,6
Ajuste de privatização (B)	- 60 842	-4,8	- 64 479	-4,1
Dívida líquida total (A)	660 867	52,6	881 108	56,5
Governo federal	419 121	33,3	566 734	36,4
Banco Central do Brasil	- 7 349	-0,6	- 5 906	-0,4
Governos estaduais	203 409	16,2	257 986	16,6
Governos municipais	26 156	2,1	34 992	2,2
Empresas estatais	19 530	1,6	27 302	1,8
Dívida interna	530 022	42,2	654 312	42,0
Governo federal	254 499	20,2	310 003	19,9
Banco Central do Brasil	54 021	4,3	53 235	3,4
Governos estaduais	192 154	15,3	239 578	15,4
Governos municipais	24 374	1,9	32 092	2,1
Empresas estatais	4 974	0,4	19 404	1,2
Dívida externa	130 845	10,4	226 796	14,6
Governo federal	164 622	13,1	256 732	16,5
Banco Central do Brasil	- 61 370	-4,9	- 59 141	-3,8
Governos estaduais	11 255	0,9	18 408	1,2
Governos municipais	1 781	0,1	2 900	0,2
Empresas estatais	14 556	1,2	7 897	0,5
PIB em R\$ milhões <sup>1/</sup>	1 257 076		1 558 670	

1/ PIB anual a preços do último mês do ano ajustado pelo deflator IGP-DI (c), tendo como base a série publicada pelo IBGE.

0,05 p.p. à variação de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida; 0,92 p.p. ao reconhecimento de dívidas; -0,23 p.p. às privatizações ocorridas no período; e -10,17 p.p. ao efeito do crescimento do produto nominal, valorizado pelo IGP-DI centrado, registrado no período.

A dívida bruta do governo geral, que compreende o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais, atingiu R\$1.132,9 bilhões, 72,7% do PIB, em dezembro de 2002, ante R\$885,9 bilhões, 70,5% do PIB, em dezembro de 2001. Contribuíram para esse resultado a depreciação cambial verificada em 2002 e a emissão de títulos pelo Tesouro Nacional em substituição às NBCE resgatadas no ano.

**Quadro 4.7 – Evolução da dívida líquida do setor público**

Discriminação	1999		2000	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – saldo	516 578	48,7	563 164	48,8
Dívida líquida – var. ac. ano	130 707	6,1	46 586	0,1
Fatores condicionantes (fluxos ac.ano): <sup>1/</sup>	130 707	12,3	46 586	4,0
NFSP	56 284	5,3	39 806	3,4
Primário	- 31 087	-2,9	- 38 157	-3,3
Juros nominais	87 372	8,2	77 963	6,8
Ajuste cambial <sup>2/</sup>	69 380	6,5	18 345	1,6
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	39 873	3,8	9 479	0,8
Dívida externa	29 507	2,8	8 866	0,8
Dívida externa – outros ajustes <sup>3/</sup>	0	0,0	0	0,0
Reconhecimento de dívidas	14 015	1,3	8 672	0,8
Privatizações	- 8 973	-0,8	- 20 238	-1,8
Efeito crescimento PIB – dívida <sup>4/</sup>		-6,2		-3,9
PIB em R\$ milhões	1 061 134		1 154 558	

(continua)

**Quadro 4.7 – Evolução da dívida líquida do setor público (continuação)**

Discriminação	2001		2002	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – saldo	660 867	52,6	881 108	56,5
Dívida líquida – var. ac. ano	97 704	3,8	220 241	4,0
Fatores condicionantes (fluxos ac.ano): <sup>1/</sup>	97 704	7,8	220 241	14,1
NFSP	42 788	3,4	61 614	4,0
Primário	- 43 655	-3,5	- 52 390	-3,4
Juros nominais	86 443	6,9	114 004	7,3
Ajuste cambial <sup>2/</sup>	37 814	3,0	147 225	9,4
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	19 182	1,5	76 662	4,9
Dívida externa	18 633	1,5	70 564	4,5
Dívida externa – outros ajustes <sup>3/</sup>	- 383	0,0	753	0,0
Reconhecimento de dívidas	18 465	1,5	14 286	0,9
Privatizações	- 980	-0,1	- 3 637	-0,2
Efeito crescimento PIB – dívida <sup>4/</sup>		-4,0		-10,2
PIB em R\$ milhões	1 257 076		1 558 670	

1/ Os fatores condicionantes da dívida líquida como percentual do PIB consideram o total dos fatores, dividido pelo PIB acumulado nos últimos 12 meses valorizado, segundo a fórmula:  
 $(\sum \text{Fatores Condicionantes} / \text{PIB}_{12\text{MesesValorizado}}) * 100$ . Não reflete a variação da dívida em percentagem do PIB.

2/ Considera a soma dos efeitos mensais até o mês de referência.

3/ Inclui ajuste de paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais e a dívida externa, e demais ajustes da área externa.

4/ Considera a variação da relação dívida/PIB devida ao crescimento verificado no PIB, calculada pela fórmula:  
 $\text{Dt-1}/(\text{PIBMesAtual}/\text{PIBMesBase}) - \text{Dt-1}$ .

**Quadro 4.8 – Dívida líquida e bruta do governo geral<sup>1/</sup>**

Discriminação	2001		2002	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida do setor público consolidado	660 867	52,6	881 108	56,5
Dívida líquida do governo geral	648 685	51,6	859 712	55,2
Dívida bruta do governo geral	885 907	70,5	1 132 894	72,7
Dívida interna	704 468	56,0	848 570	54,4
Dívida externa	181 439	14,4	284 324	18,2
Governo federal	168 403	13,4	263 016	16,9
Governos estaduais	11 255	0,9	18 408	1,2
Governos municipais	1 781	0,1	2 900	0,2
Créditos do governo geral	- 237 222	- 18,9	- 273 182	- 17,5
Créditos internos	- 233 441	- 18,6	- 266 898	- 17,1
Disponibilidades do governo geral	- 102 845	- 8,2	- 104 513	- 6,7
Aplic.da Previdência Social	- 1 486	- 0,1	- 876	- 0,1
Arrecadação a recolher	- 1 159	- 0,1	- 1 144	- 0,1
Depósitos à vista (inclui ag.descentral.)	- 6 119	- 0,5	- 4 528	- 0,3
Disponibilidades do governo federal no Bacen	- 82 206	- 6,5	- 88 527	- 5,7
Aplicações na rede bancária (estadual)	- 11 874	- 0,9	- 9 438	- 0,6
Aplicações de fundos e programas financeiros	- 30 684	- 2,4	- 38 847	- 2,5
Créditos junto às estatais	- 29 961	- 2,4	- 32 613	- 2,1
Demais créditos do governo federal	- 17 441	- 1,4	- 23 791	- 1,5
Recursos do FAT na rede bancária	- 52 511	- 4,2	- 67 133	- 4,3
Créditos externos	- 3 781	- 0,3	- 6 284	- 0,4
Governo federal	- 3 781	- 0,3	- 6 284	- 0,4
Governos estaduais	-	-	-	-
Governos municipais	-	-	-	-
Dívida líquida do Banco Central	- 7 349	- 0,6	- 5 906	- 0,4
Dívida líquida das empresas estatais	19 530	1,6	27 302	1,8
PIB em R\$ milhões <sup>2/</sup>	1 257 076		1 558 670	

1/ Inclui as dívidas do governo federal e dos governos estaduais e municipais com os demais agentes econômicos inclusive com o Bacen.

2/ PIB dos últimos 12 meses, a preços do mês assinalado. Deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

**Arrecadação de impostos e contribuições federais**

Em 2002, a arrecadação de impostos e contribuições de competência da União, exclusive as contribuições previdenciárias do setor privado, atingiu R\$243 bilhões, apresentando crescimento nominal de 23,5%, e real de 9%, quando considerado o IGP-DI como deflator, comparativamente ao exercício de 2001. Parte considerável do ganho de receitas foi propiciada por fatores atípicos sem correspondência em 2001

e pela cobrança da Cide a partir de janeiro de 2002. A arrecadação gerada por essas operações somou R\$28,7 bilhões, dos quais:

- R\$14,8 bilhões referente a pagamentos de débitos em atraso, sendo R\$9,6 bilhões efetuados pelos fundos de pensão;
- R\$7,2 bilhões originários da cobrança da Cide incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados;
- R\$2,1 bilhões de recolhimento sobre lucro decorrente da alienação de títulos públicos e da variação cambial (setor estatal);
- R\$3,2 bilhões relativos à arrecadação adicional propiciada pela majoração da alíquota da CPMF de 0,30% para 0,38%, a partir de 19.3.2001.

#### Quadro 4.9 – Arrecadação bruta de receitas federais

R\$ milhões

Discriminação	2000	2001	2002	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	56 397	64 909	85 803	15,1	32,2
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	18 841	19 457	19 799	3,3	1,8
Imposto de Importação (II)	8 509	9 090	7 972	6,8	-12,3
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	3 126	3 584	4 022	14,7	12,2
Contribuição para o Financiamento da					
Seguridade Social (Cofins)	39 905	46 364	52 267	16,2	12,7
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	9 279	9 367	13 364	0,9	42,7
Contribuição para o PIS/Pasep	10 043	11 396	12 872	13,5	13,0
Contribuição Provisória sobre					
Movimentação Financeira (CPMF)	14 545	17 197	20 369	18,2	18,4
Contribuição de Intervenção no Domínio					
Econômico (Cide)	-	-	7 243	-	-
Outros tributos	16 169	15 394	19 295	-4,8	25,3
<b>Total</b>	<b>176 814</b>	<b>196 758</b>	<b>243 006</b>	<b>11,3</b>	<b>23,5</b>

Fonte: Secretaria da Receita Federal

A arrecadação do Imposto de Renda totalizou R\$85,8 bilhões, apresentando crescimento real de 17% em comparação com o recolhimento registrado em 2001. Esse desempenho refletiu, fundamentalmente, a expansão real de 78,8% dos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

A arrecadação referente à CSLL situou-se em R\$13,4 bilhões, o que representa aumento real de 26,2% em relação a 2001. Os pagamentos efetuados pelas entidades financeiras, R\$2,8 bilhões, cresceram 160,1% e os recolhimentos a cargo das demais empresas, da ordem de R\$10,6 bilhões, 11%, em bases reais. A arrecadação propiciada pela CPMF alcançou R\$20,4 bilhões, traduzindo crescimento real de 4,5%.

Os impostos que apresentaram as maiores perdas de arrecadação foram o Imposto de Importação (II) e o IPI, influenciadas pela contração de 6,8% no valor das importações em dólar e pelas reduções de 8,2% e de 4,1% das respectivas alíquotas médias.

### **Previdência Social**

Em 2002, o déficit da Previdência Social, definido como a diferença entre a arrecadação líquida das transferências a terceiros e o pagamento de benefícios previdenciários totalizou R\$17 bilhões.

O valor dos benefícios pagos atingiu R\$88 bilhões, expandindo 16,9% no ano e passando a representar 6,58% do PIB. Foram pagos 21,1 milhões de benefícios, com acréscimo de 5,5% em relação ao número de 2001, dos quais 14,3 milhões na área urbana e 6,9 milhões na área rural. O valor médio dos benefícios alcançou R\$389,14, representando crescimento real de 1,1% em relação a 2001, considerando-se dados deflacionados pelo INPC.

Do total de benefícios pagos, 65,9%, corresponderam ao valor do piso previdenciário, equivalente ao salário mínimo, evidenciando a relevância de se considerar o impacto da política de reajuste anual do salário mínimo acima da inflação na mensuração da necessidade de financiamento da Previdência. Nesse sentido, registre-se que o déficit previdenciário atingiu 1,27% do PIB, em 2002, do qual 0,31 p.p. decorrente do reajuste do salário mínimo.

Outro fator a ser considerado na apuração do resultado previdenciário diz respeito à política de transferência de renda da zona urbana para a rural, que ocorre via concessão de benefícios. Enquanto a relação entre contribuições e pagamento de benefícios da área urbana tem se mostrado pouco discrepante, na área rural a arrecadação tem sido bastante inferior à despesa, como mostram os dados referentes a 2002, que situam as contribuições rurais em R\$2,3 bilhões, frente a gastos da ordem de R\$17,1 bilhões, com impacto negativo de R\$14,8 bilhões no saldo previdenciário, representando 87,1% da necessidade de financiamento.

Assim, ao se proceder à análise das contas da Previdência, deve-se considerar a existência de políticas específicas de distribuição de renda, de geração de emprego, de incentivo à atividade econômica e à educação, de assistência social e à saúde que, inseridas no âmbito previdenciário, exercem impacto significativo na apuração dos resultados. Nesse caso também estão incluídos os subsídios concedidos a determinados setores que não contribuem pela regra geral e sim, por regras diferenciadas, como as empresas optantes do Simples, as entidades filantrópicas, os clubes de futebol, os empregadores rurais, os exportadores de produção rural, os empregadores domésticos e os segurados especiais.

Igualmente merecem destaque o impacto da adoção de alíquotas diferenciadas para a CPMF, resultando em redução da receita de contribuição e aumento da despesa com benefícios, e a renúncia decorrente da utilização do mecanismo de recuperação de créditos, via certificados da dívida pública (CDP). Em 2002, o total das renúncias previdenciárias foi estimado em R\$10,1 bilhões, sem os quais a necessidade de financiamento totalizaria 0,52% do PIB.

A arrecadação da Previdência Social alcançou R\$76,1 bilhões, 5,7% do PIB, 13,6% superior ao resultado de 2001. Assinale-se o desempenho das receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos, totalizando R\$5,8 bilhões, com crescimento de 44,6% no ano.

Fazem parte das medidas de recuperação de créditos os depósitos judiciais referentes a ações contra a Previdência; a arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal (Refis); o resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional; as dívidas de hospitais e universidades; os parcelamentos de dívidas não incluídos em programas específicos; a amortização de débitos de estados e municípios, por meio da retenção dos Fundos de Participação dos Estados/Fundos de Participação dos Municípios (FPE/FPM).

#### Quadro 4.10 – Previdência Social – Fluxo de caixa

R\$ milhões

Discriminação	2000	2001	2002	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receitas	77 182	88 172	105 032	14,2	19,1
Arrecadação	59 606	66 997	76 080	12,4	13,6
Outras receitas	533	635	361	19,1	- 43,1
Antecipação de receitas – TN	1 760	- 3	2 939	- 100,2	-
Transferências da União	15 283	20 543	25 652	34,4	24,9
Despesas	76 468	88 033	102 145	15,1	16,0
Benefícios previdenciários	65 786	75 329	88 029	14,5	16,9
Benefícios não-previdenciários	2 721	3 368	4 083	23,8	21,2
Outras despesas	4 072	4 830	4 980	18,6	3,1
Transferências a terceiros	3 889	4 506	5 053	15,9	12,1
Saldo operacional	714	139	2 887	...	...
Saldo previdenciário	- 10 069	- 12 838	- 17 002	...	...
Relação benefícios/arrecadação bancária <sup>1/</sup>	1,1	1,1	1,2	...	...

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social

<sup>1/</sup> Corresponde à relação entre os benefícios pagos e a arrecadação bancária líquida de transferências a terceiros.

Em 2002, 11,8 milhões dos benefícios pagos representando 55,9% do total, ocorreram sob a forma de aposentadorias por idade, invalidez e tempo de contribuição, número 3,4% superior ao referente ao ano anterior. Relativamente aos novos benefícios, totalizaram 3,87 milhões, representando crescimento de 35,4%, no ano, devido, principalmente, ao maior número de aposentadorias no setor urbano.

### **Privatizações**

As privatizações no Brasil tiveram início na década de 80, com a criação do Programa de Desestatização, que estabeleceu critérios para a transferência de empresas públicas ao setor privado. O processo ganhou maior flexibilidade a partir do Decreto 91.991/1985, que definiu as normas para a privatização de empresas sob controle direto ou indireto do Governo Federal. No período de 1985 a 1989 foram privatizadas empresas adquiridas pelo BNDES, por motivo de insolvência ou inadimplência.

A partir da Lei 8.031, de 12.4.1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND), as privatizações ganharam impulso com a venda de empresas dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes. Em 1995 o PND foi ampliado, visando permitir a privatização dos setores de infra-estrutura, como energia elétrica, transportes e telecomunicações.

As privatizações estaduais tiveram início a partir de 1996 e, mais recentemente, outros segmentos de prestação de serviços públicos foram incluídos no PND, como abastecimento de água e saneamento básico.

Em 2002, o resultado obtido com o programa de privatizações federais alcançou US\$2,2 bilhões, com a venda do Banco do Estado do Amazonas (BEA) (US\$76,8 milhões), a oferta pública de ações da CVRD (US\$1,9 bilhão) e a venda de participações minoritárias (Decreto 1.068/1994), no valor de US\$1,7 milhão. No setor de telecomunicações, foram ofertadas sobras de ações da telefonia celular Bandas D (US\$18,7 milhões) e E (US\$237,8 milhões). Em relação a 2001, registrou-se decréscimo de 24% nas receitas de privatizações.

Os resultados acumulados no período 1991/2002 atingiram US\$105,5 bilhões, dos quais US\$70,8 bilhões correspondentes à venda de empresas federais e o restante, de empresas estaduais. Do total obtido, US\$18,1 bilhões resultaram da transferência de dívidas ao setor privado, sendo US\$11,3 bilhões relacionados a privatizações federais.

**Quadro 4.11 – Programas estaduais de desestatização**

Empresas privatizadas 1996-2002

US\$ milhões

Empresa	Setor	Estado	Data do leilão	Preço de venda	Dívida transferida
Cerj	Elétrico	RJ	20-nov-1996	587	364
Ferroeste	Ferrovário	PR	10-dez-1996	25	-
Participações minoritárias				794	
Banerj	Financeiro	RJ	26-jun-1997	289	-
Riogás	Gás	RJ	14-jul-1997	146	-
Ceg	Gás	RJ	14-jul-1997	430	-
Coelba	Elétrico	BA	31-jul-1997	1 598	213
Credireal	Financeiro	MG	7-ago-1997	112	-
Cachoeira Dourada	Elétrico	GO	5-set-1997	714	140
CEEE – N/NE	Elétrico	RS	21-out-1997	1 486	149
CEEE – CO	Elétrico	RS	21-out-1997	1 372	64
CPFL	Elétrico	SP	5-nov-1997	2 731	102
Enersul	Elétrico	MS	19-nov-1997	565	218
Cia. União de Seguros Gerais	Seguros	RS	20-nov-1997	45	-
Cemat	Elétrico	MT	27-nov-1997	353	461
Energipe	Elétrico	SE	3-dez-1997	520	40
Cosern	Elétrico	RN	12-dez-1997	606	112
Metrô do Rio de Janeiro	Transporte	RJ	19-dez-1997	262	-
Participações minoritárias				2 388	
Conerj	Transporte	RJ	5-fev-1998	29	-
Coelce	Elétrico	CE	2-abr-1998	868	378
Eletropaulo Metropolitana	Elétrico	SP	15-abr-1998	1 777	1 241
CRT	Telecomunic.	RS	19-jun-1998	1 018	822
Celpe	Elétrico	PA	9-jul-1998	388	116
Flumitrens	Transporte	RJ	15-jul-1998	240	-
Elektro	Elétrico	SP	16-jul-1998	1 273	428
Bemge	Financeiro	MG	14-set-1998	494	-
Empr. Bandeirante de Energia (EBE)	Elétrico	SP	17-set-1998	860	375
Terminal Garagem M. Côrtes	Transporte	RJ	28-out-1998	67	-
Bandepe	Financeiro	PE	17-nov-1998	153	-
Participações minoritárias				330	
Comgás	Gás	SP	14-abr-1999	988	88
Baneb	Financeiro	BA	22-jun-1999	147	-
Cesp – Paranapanema	Elétrico	SP	28-jul-1999	682	482
Cesp – Tietê	Elétrico	SP	27-out-1999	472	668
Gás Noroeste	Gás	SP	9-nov-1999	143	-
Participações minoritárias				216	
Celpe	Elétrico	PE	17-fev-2000	1 004	131
Gás Sul	Gás	SP	26-abr-2000	298	-
Cemar	Elétrico	MA	15-jun-2000	289	158
Manaus Saneamento	Saneamento	AM	29-jun-2000	106	-
Banestado	Financeiro	PR	17-out-2000	869	-
Saelpa	Elétrico	PB	30-nov-2000	185	-
Banco do Estado da Paraíba	Financeiro	PB	8-nov-2001	29	-
Total				27 948	6 750

Fonte: BNDES

**Quadro 4.12 – Programa Nacional de Desestatização**

Empresas privatizadas 1991-2002

Setor/Empresas	Preço mínimo US\$ milhões	Preço de venda US\$ milhões	Dívidas transferidas	Data do leilão principal
<b>Sistema Petroquímica</b>				
Petroflex	179	234	21	10-abr-1992
Copesul	617	861	9	15-mai-1992
Álcalis	79	81	6	15-jul-1992
Nitriflex	26	26	9	6-ago-1992
Polisul	57	57	131	11-set-1992
PPH	44	59	35	29-set-1992
CBE	11	11	-	3-dez-1992
Poliiolefinas	87	87	-	19-mar-1993
Oxitenó	54	54	2	15-set-1993
PQU	270	287	41	24-jan-1994
Politeno	45	45	28	18-ago-1994
Coperbo	26	26	6	16-ago-1994
Ciquine	24	24	6	17-ago-1994
Polialden	17	17	1	17-ago-1994
Acrinor	12	12	1	12-ago-1994
Copene	254	270	475	15-ago-1995
CPC	90	100	61	29-set-1995
Salgema	87	139	44	5-out-1995
CQR	0	2	-	5-out-1995
Pronor	63	64	35	5-dez-1995
Nitrocarbono	30	30	7	5-dez-1995
CBP	0	0	-	5-dez-1995
Polipropileno	81	81	5	1-fev-1996
Koppol	3	3	67	1-fev-1996
Deten	12	12	-	22-mai-1996
Polibrasil	99	99	12	27-ago-1996
EDN	17	17	-	26-set-1996
<b>Elétrico</b>				
Escelsa	444	519	2	11-jul-1995
Light	2 271	2 508	586	21-mai-1996
Gerasul	880	881	1 082	15-set-1998
<b>Siderúrgico</b>				
Usiminas	1 238	1 941	369	24-out-1991
Cosinor	12	15	-	14-nov-1991
Aços Finos Piratini	42	107	2	14-fev-1992
CST	339	354	484	16-jul-1992
Acesita	348	465	232	22-out-1992
CSN	1 267	1 495	533	2-abr-1993
Cosipa	174	586	884	20-ago-1993
Açominas	285	598	122	10-set-1993

(continua)

**Quadro 4.12 – Programa Nacional de Desestatização** (continuação)

## Empresas privatizadas 1991-2002

Setor/Empresas	Preço mínimo US\$ milhões	Preço de venda US\$ milhões	Dívidas transferidas	Data do leilão principal
<b>Fertilizantes</b>				
Indag	7	7	-	23-jan-1992
Fosfertil	139	182	44	12-ago-1992
Goiasfertil	13	13	9	8-out-1992
Ultrafertil	199	206	20	24-jun-1993
Arafertil	11	11	2	15-abr-1994
<b>Ferroviário</b>				
Malha Oeste	61	63	-	5-mar-1996
Malha Centro-Leste	316	316	-	14-jun-1996
Malha Sul	152	208	-	20-set-1996
Malha Sudeste	871	871	-	22-nov-1996
Malha Tereza Cristina	16	18	-	13-dez-1996
Malha Nordeste	11	15	-	18-jul-1997
Malha Paulista	196	206	-	10-nov-1998
<b>Outros</b>				
Celma	73	91	4	1-nov-1991
Mafersa	19	49	1	11-nov-1991
SNBP	8	12	-	14-jan-1992
Caraíba	5	6	-	28-jul-1994
Embraer	182	192	263	7-dez-1994
CVRD	2 610	3 299	3 559	6-mai-1997
Tecon 1 – Porto de Santos	93	251	-	17-set-1997
Meridional	155	240	-	4-dez-1997
Codesa – Cais de Capuaba	26	26	-	6-mai-1998
Codesa – Cais de Paul	9	9	-	13-mai-1998
Tecon 1 – Porto de Sepetiba	79	79	-	3-set-1998
CDRJ - Term. <i>Roll-on Roll-off</i>	16	27	-	3-nov-1998
Porto de Angra dos Reis	8	8	-	5-nov-1998
Datamec	50	50	-	23-jun-1999
Porto de Salvador	21	21	-	21-dez-1999
Banespa	945	3 604	-	20-nov-2000
Oferta pública – ações Petrobras		4 032	-	2000
Oferta pública – ações Petrobras		808	-	2001
Banco do Estado de Goiás	122	269	-	4-dez-2001
Banco do Estado do Amazonas (BEA)		77	-	24-jan-2002
Oferta pública – ações CVRD		1 897	-	20-mar-2002
Participações minoritárias		1 149		

Fonte: BNDES

**Quadro 4.13 – Telecomunicações 1991-2002**

US\$ milhões

Empresas	Resultado do leilão	Dívida transferida	Data do leilão
Sistema Telebrás	19 237	2 125	9-jul-1998
Telefonia fixa e serviços de longa distância	11 970	2 125	
Telefonia celular – Banda A	6 974	-	
Oferta aos empregados	293	-	
Concessões	9 813	-	
Telefonia celular Banda – B	7 613	-	1997/1998
Telefonia celular Banda – D	1 334	-	13-fev-2001
Telefonia celular Banda – D (sobras)	18	-	2002
Telefonia celular Banda – E	482	-	13-mar-2001
Telefonia celular Banda – E (sobras)	238	-	2002
Empresas espelho	128	-	1999
<b>Total</b>	<b>29 050</b>	<b>2 125</b>	

Fonte: BNDES